

PROJETO EDUCATIVO 2023/2026

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	3
ENQUADRAMENTO LEGAL	4
CARATERIZAÇÃO CONTEXTUAL	7
MISSÃO	7
VISÃO	7
PRINCÍPIOS E VALORES	8
IDENTIDADE DA ESCOLA	9
PLANO ANUAL DE ATIVIDADES	10
PLANO DE FORMAÇÃO INTERNA.....	11
POLÍTICA DA QUALIDADE	11
OFERTA FORMATIVA E ESTRUTURA CURRICULAR.....	12
Justificação da oferta.....	12
Enquadramento europeu, nacional e regional.....	13
Oferta formativa atual.....	14
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	15
Corpo Docente.....	16
Corpo Não Docente	16
Pais e Encarregados de Educação.....	16
PARCERIAS INSTITUCIONAIS	17
METAS E ESTRATÉGIAS PARA O TRIÉNIO 2023-2026.....	17
ANÁLISE SWOT	17
A ESCOLA E A GARANTIA DA QUALIDADE	19
IDENTIFICAÇÃO E TIPOLOGIA DOS STAKEHOLDER'S	21
RESPONSABILIDADES NO ÂMBITO DA GARANTIA DA QUALIDADE	23
INDICADORES DOS PROCESSOS.....	24
EXPLICITAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE MONITORIZAÇÃO DE PROCESSOS TENDO EM CONTA O CICLO DA QUALIDADE.....	26
ANÁLISE INTEGRADA DOS RESULTADOS DOS INDICADORES	30
UTILIZAÇÃO E PUBLICITAÇÃO DE RESULTADOS.....	30
ATIVIDADES E PROJETOS	31
AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO	31

INTRODUÇÃO

Um projeto educativo (PE) “é um instrumento orientador da ação educativa, que esclarece as finalidades e funções da escola, inventaria os problemas e os modos possíveis da sua resolução, pensa os recursos disponíveis e aqueles que podem ser mobilizados” (Decreto-Lei nº115-A/98).

O projeto educativo da Escola Profissional de Esposende (EPE) pretende ser um referencial de ação, nos domínios da educação, do ensino e da formação, mas, acima de tudo, deve ser entendido como um compromisso que envolva e oriente a comunidade educativa, bem como os agentes e parceiros do desenvolvimento local, regional, nacional e internacional. Traduz-se num conjunto de decisões que procuram fornecer à escola coerência e identidade própria e coordenar as ações de todos os intervenientes. Este Projeto Educativo reflete o trabalho colaborativo de todos e afigura-se como um documento dinâmico, de planeamento institucional e estratégico da Escola, demonstrando, de forma clara, entre outros, a missão, a visão e os objetivos estratégicos da Escola, que norteiam a ação educativa que a EPE pretende implementar, e encontra-se alinhado com o Quadro de referência Europeu de Garantia da Qualidade para a Educação e Formação Profissionais (EQAVET), para a garantia da qualidade da EFP na Escola. Este é, ainda, complementado pelo Regulamento Interno, executado pelo Plano Anual de Atividades (PAA), sendo o Projeto Educativo um documento mais orientador e os restantes dois mais operacionais. A necessidade de adaptação face às novas exigências da realidade atual, onde emergem as novas metodologias pedagógicas, as linhas orientadoras previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória e os novos normativos legais, implicam a construção de um projeto educativo focado nas aprendizagens do aluno, que lhe devem permitir crescer enquanto pessoa e ser um cidadão mais ativo e participativo, onde todos contam, ainda que os ritmos e metodologias/ percursos de aprendizagem sejam diferenciados. Assim, é expectável que toda a comunidade educativa da EPE se reveja nos princípios e objetivos estratégicos deste documento em vigência para o próximo triénio 2023-2026.

A EPE, enquanto escola profissional, deverá ser um espaço vivo e dinâmico, privilegiando os alunos de modo que possam aprender, aprender a ser e aprender a fazer aquilo que realmente gostam, sempre com um sentido responsável e profissional, em que as palavras educação, profissão, formação sejam verdadeiramente assimiladas pela comunidade escolar. É um projeto orientado por valores e princípios que têm, por fim último, a formação integral do aluno, como pessoa, nos seus interesses e ambições e, como cidadão, responsável, participativo e solidário.

O projeto educativo da EPE, nas suas políticas, estratégias, objetivos, atividades e processos organizacionais, visa atribuir à escola uma identidade distinta e singular, que a caracterize e a afirme no contexto socioeconómico em que se insere. Será um projeto vocacionado para a formação para a vida ativa, já que uma escola profissional deverá ser vista como um parceiro e um agente ativo, promotor do desenvolvimento local, regional, nacional e Internacional. Por isso, os meios social, cultural e económico em que a escola se insere serão objeto de contínuo estudo, visando a futura inserção profissional dos jovens.

A elaboração deste PE procura dar resposta a um conjunto de questões, que estruturam a nossa missão e visão, nomeadamente:

Que escola somos?

Que escola queremos ser?

Que tipo de organização somos?

Que princípios estruturais defendemos?

Quais são as nossas áreas de intervenção?

Como poderemos estimular a integração plena dos nossos alunos na comunidade escolar?

Como potenciar as capacidades e aptidões dos jovens, fomentando a autoestima?

Como poderemos melhorar o sucesso educativo dos nossos alunos?

Como fortalecer a relação da escola com o meio?

Como promover a integração dos alunos no mercado de trabalho?

Um projeto educativo deve ser entendido como permanentemente aberto, dinâmico, participado, ajustado e avaliado face a novas realidades e contextos. Tentamos redefinir e ampliar permanentemente a nossa oferta formativa em resposta às necessidades do meio envolvente e dos jovens e das suas competências. Procuraremos desenvolver ações e projetos numa lógica de sinergias que potenciem um processo educativo e formativo pautado pela qualidade e exigência, com vista à integração dos alunos na sociedade, no mundo do trabalho e, conseqüentemente, promovendo o aumento da qualificação de quadros intermédios da região.

Este projeto educativo é um compromisso que se espera que seja assumido e assimilado por todos os membros da comunidade educativa – Alunos, Professores, Pessoal Não Docente e Encarregados de Educação – e por todas as organizações e instituições com quem nos relacionamos numa lógica de parceria.

Enquanto documento de referência da organização e da dinâmica da comunidade educativa da EPE, pretende este projeto educativo ser um instrumento para a consolidação e crescimento da escola, sendo, por isso mesmo, um projeto ambicioso sem deixar de ser realista e racional.

Todas as nossas energias e esforços se centram nos nossos alunos com quem diariamente partilhamos e participamos em vidas e projetos comuns, numa escola que é feita de pessoas e para *“as pessoas que moram nos alunos”*.

Assim, a construção deste Projeto Educativo teve por base:

- ✓ O Sistema de Garantia da Qualidade alinhado ao modelo EQAVET (*European Quality Assurance Reference Framework for Vocational Education and Training*);
- ✓ Os conhecimentos e informações decorrentes dos instrumentos de recolha de indicadores de satisfação e desempenho: inquéritos de satisfação aos alunos, docentes, não docentes, entidades acolhedoras de estagiários, encarregados de educação e empregadores dos alunos diplomados;
- ✓ As taxas de conclusão, empregabilidade, prosseguimento de estudos e de abandono escolar;
- ✓ As propostas de trabalho decorrentes da aplicação do Decreto-lei nº 55/2018 de 6 de julho – Autonomia e Flexibilidade Curricular – Cidadania e desenvolvimento;
- ✓ A aplicação do Decreto-lei nº 54/2018 de 6 de julho – Educação Inclusiva;
- ✓ A aplicação do Decreto-lei nº 92/2014 de 14 de junho – Funcionamento das escolas profissionais, públicas e privadas e de cariz empresarial.

ENQUADRAMENTO LEGAL

O projeto educativo, considerando os Decreto-Lei 75/2008, de 22 de abril, com as alterações impostas pelo Decreto-Lei 224/2009, de 11 de setembro, e pelo Decreto-Lei 137/2012, de 2 de julho, é o documento que consagra a orientação educativa das escolas elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais a escola se propõe a cumprir a sua função educativa.

O presente documento tem subjacente, na sua elaboração, toda a legislação em vigor, com especial destaque para o Despacho n.º 6478/2017, 26 de julho – Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória – que se afirma como um

documento de referência para todo o Sistema Educativo; o Despacho n.º 6173/2016 – sobre a Estratégia de Educação para a Cidadania; o Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho – que estabelece o regime jurídico da educação inclusiva; o Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho – que estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário e os princípios orientadores da avaliação das aprendizagens; não esquecendo a Portaria n.º 235-A/2018, de 23 de agosto, que regulamenta os cursos profissionais de nível secundário de dupla certificação, escolar e profissional.

O documento Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO) constitui-se como um referencial para o desenvolvimento curricular e para o trabalho a realizar em cada escola, respondendo aos desafios sociais e económicos do mundo atual, alinhados com o desenvolvimento de competências do século XXI, sublinhando-se em particular os princípios de “Base Humanista” e de “Sustentabilidade”, nele enunciados.

A Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania integra um conjunto de direitos e deveres que devem estar presentes na formação cidadã das crianças e dos jovens portugueses, para que, no futuro, sejam adultos com uma conduta cívica que privilegie a igualdade nas relações interpessoais, a integração da diferença, o respeito pelos Direitos Humanos e a valorização de conceitos e valores de cidadania democrática, no quadro do sistema educativo, da autonomia das escolas e dos documentos curriculares em vigor.

O regime jurídico da Educação Inclusiva pretende que todos alcancem as competências do PASEO, ainda que seja através de percursos diferenciados, os quais permitem a cada um progredir no currículo com vista ao seu sucesso educativo. Assim, pressupõe-se que o projeto educativo contemple a especificidade de cada aluno, com recurso a modelos curriculares flexíveis e a sua monitorização, mais diálogo com os pais ou encarregados de educação e a adoção de estratégias de aprendizagem com as respostas necessárias a cada aluno, por forma a garantir que todos almejem o sucesso educativo.

APRESENTAÇÃO DA ESCOLA

A EPE – Escola Profissional de Esposende foi criada em 1993, por Contrato Programa celebrado entre o Ministério da Educação e as entidades promotoras, respetivamente a Câmara Municipal de Esposende e a Eden (Sociedade de Professores), ao abrigo do Decreto-Lei n.º 70/93. Decorrente da aplicação do Decreto-lei n.º 4/98 (de 8 de janeiro), que veio alterar o regime jurídico de tutela das Escolas Profissionais, foi constituída a ZENDENSINO – Cooperativa de Ensino e Interesse Público de Responsabilidade Limitada (formada pela Câmara Municipal de Esposende e a Alfacoop), que passou a ser a entidade proprietária da EPE desde setembro de 1999.

De referir que a denominação foi alterada a quando da última revisão dos estatutos, maio 2021, assim sendo, doravante passou a, ZENDENSINO, COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO DE RESPONSABILIDADE LIMITADA.

Para instalação da Escola, a Câmara disponibilizou o edifício das Escolas Amorim Campos, situado na vila de Fão. Estas infraestruturas foram objeto de remodelação e ampliação em 2000. Em 2008, foi acrescentado mais um edifício anexo, o qual foi usado inicialmente para a formação prática na área de Cuidados e Estética do Cabelo e, atualmente, aguarda-se a sua adaptação para novas estruturas de restauração. Em 2012, alargou-se as instalações a mais um edifício (antiga escola básica), também situado na vila de Fão e cedido pela Câmara Municipal de Esposende.

A EPE está localizada não na sede do concelho, mas numa das suas freguesias, tratando-se de uma opção assumidamente vocacionada para a promoção do desenvolvimento integrado e dinamização do concelho.

A Escola Profissional de Esposende ministra, desde a sua fundação, cursos nas áreas da Hotelaria e do Turismo, acrescentando-se depois as áreas da Animação Sociocultural e da Informática, em resposta às necessidades do mercado de trabalho da região. Em 2008, foram criadas as áreas de Eletricidade e de Cuidados e Estética do Cabelo,

no ano seguinte, surgiu o curso profissional de Técnico/a de Organização de Eventos e, em 2010, arrancaram dois novos cursos, o de Proteção Civil e o de Técnico/a de Apoio à Infância. No ano de 2012, surgiram mais dois novos cursos Técnico/a de Receção e Técnico/a de Comunicação - Marketing, Relações Públicas e Publicidade. Em 2013, surgiu mais um novo curso – Técnico/a de Gestão do Ambiente e, em 2023, o curso Técnico/a de Apoio à Gestão Desportiva. A maioria dos alunos da EPE frequenta os Cursos Profissionais de Nível 4, mas a Escola disponibiliza outras ofertas formativas.

No âmbito da formação pós-secundária não superior, a EPE abriu, em 2002, Cursos de Especialização Tecnológica (CET), os quais conferem diplomas de especialização tecnológica e qualificação profissional de nível 5.

Em 2005, iniciaram os Cursos de Educação e Formação (CEF), nomeadamente, cursos de nível 2, tipo 2 e tipo 3, que conferem o certificado do 9.º ano de escolaridade e um diploma de qualificação profissional. Também, ao nível da oferta formativa para o Ensino Básico, surgiram, em 2013, os Cursos Vocacionais (CV's).

São princípios orientadores da Escola transmitir uma formação integral e integradora, através do desenvolvimento de competências técnicas e cognitivas, mas também humanas e afetivas, inculcando valores de cidadania e preparando os seus alunos para os desafios da sociedade contemporânea, apelidada da informação, do conhecimento e da aprendizagem.

A EPE desenvolve parcerias e protocolos de colaboração com instituições sociais, culturais e desportivas locais, unidades hoteleiras, agências de viagens e entidades diversas (ANESPO, ANJE, PNLN, CME, MOVIOJovem, AEEP, entre outros) e instituições do ensino superior tais como o IPCA, IPVC, IPP, ISPGAYA, entre outros.

A partir de 2004, a ZENDENSINO dinamizou formação no âmbito da oferta do IEF, dirigida para a Formação Contínua, Formação de Adultos, Ativos e Desempregados, bem como Formação Inicial no sistema de Aprendizagem.

Tendo em vista alargar o seu âmbito de atuação, até aqui vocacionado exclusivamente para os Jovens, em 2006, a Zendensino foi acreditada como Centro Novas Oportunidades - CNO, no âmbito do Programa "Novas Oportunidades", passando a orientar processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, Cursos de Educação e Formação de Adultos e Formações Modulares Certificadas, sendo na sua totalidade ofertas destinadas a Adultos.

Em 2013, em parceria com a Escola Secundária Henrique Medina e a ACICE – Associação Comercial e Industrial do Concelho de Esposende, constituiu-se o CQEP Litoral Cávado, que em 2016 passou a chamar-se Centro Qualifica Litoral Cávado.

Desde 2003 que a EPE é certificada como Escola Inovadora da Rede Europeia – *European Network of Innovative Schools*, no âmbito da *European Schoonet* (Projeto ENIS) e em 2010 recebeu o Galardão Eco Escola, renovado em 2011, 2012 e 2013, o que atesta a qualidade dos projetos dinamizados pela comunidade escolar. Desde 2005 tem certificado o Sistema de Gestão da Qualidade pela NP EN ISO 9001 e, desde 2020, o Selo de Conformidade EQAVET.

Em 2012, a EPE iniciou o desenvolvimento do Projetos Comenius, que atualmente se designam por projetos Erasmus+, que consistem em programas de intercâmbio de alunos e professores com vários países da U.E. Em 2013, em parceria com a Escola Secundária Henrique Medina e a ACICE – Associação Comercial e Industrial do Concelho de Esposende, constituiu-se o CQEP Litoral Cávado. Atualmente, designado atualmente de Centro Qualifica Litoral Cávado. Orgulhosamente, somos uma Escola Azul, com a aquisição da Bandeira Azul, no ano de 2022. No presente ano, em 2023, a escola submeteu a sua candidatura ao Centro Tecnológico Especializado, na área industrial.

CARATERIZAÇÃO CONTEXTUAL

Esposende é um dos 308 concelhos do país e situa-se a Norte, no Minho, pertencendo ao distrito de Braga. Deste distrito, com 14 concelhos, é o único com território litoral. Limitam-no a norte o concelho de Viana do Castelo, a sul o concelho da Póvoa de Varzim e a nascente o concelho de Barcelos. O Oceano Atlântico banha-o a poente numa extensão aproximada de 18km, o seu território estende-se por uma área de 95.18km², representando 3,41% da área total do distrito de Braga. O concelho de Esposende, tinha, em 2021, 35.138 habitantes, e é atravessado a sul pelo rio Cávado e a Norte pelo Rio Neiva. Em termos coreográficos, o concelho apresenta diferenças notórias que podem ser identificadas como: planície litoral que se estende desde Apúlia a Antas, com níveis de altitude pouco variáveis e apresentando cotas muito baixas.

O concelho de Esposende apresenta características naturais e socioeconómicas resultantes da interação litoral/interior que lhe conferem individualidade e modos próprios de vida. De acordo com os Censos 2021, a população dedica-se a atividades ligadas aos serviços, indústria e comércio, turismo, atividades sobretudo ligadas ao setor terciário. Contudo, verifica-se que o concelho de Esposende tem um aumento significativo da população idosa comparativamente à população jovem e ativa, que tem diminuído gradualmente.

Nos últimos anos, tem sido estratégia da autarquia e de entidades privadas rentabilizar o potencial turístico da região em termos da diversificação da oferta - hotelaria, restauração, animação turística, turismo em espaço rural, agroturismo, praias – e infraestruturas de apoio – aldeamentos turísticos, parques naturais, piscinas, complexos desportivos e estruturas culturais.

A implementação de uma política de turismo de qualidade passa necessariamente pela existência de mão-de-obra qualificada e possuidora de verdadeiros perfis e cultura profissionais ao serviço das estruturas promotoras e agentes turísticos.

A criação da EPE, já com 30 anos, visou, nessa fase inicial, suprir as carências de profissionais qualificados nas áreas do turismo, hotelaria, restauração e animação sociocultural.

MISSÃO

A EPE tem como missão promover o ensino profissional, formar e qualificar jovens, visando a preparação para a inserção na vida ativa, assim como para o prosseguimento de estudos. Procura proporcionar as condições que possibilitem aos jovens que a frequentam a aquisição de conhecimentos, de competências e o desenvolvimento de capacidades e atitudes fundamentais, estruturantes e de natureza instrumental. Tal permitir-lhes-á prosseguir os seus percursos profissionais, académicos e pessoais, numa perspetiva de educação e de formação, assumindo-se como cidadãos de pleno direito, críticos e intervenientes, numa sociedade democrática, moderna e desenvolvida.

A EPE pretende ainda assegurar a coesão económica, social e ambiental do concelho de Esposende e a fixação da população jovem, procurando responder aos interesses e aspirações dos jovens, mas também dos agentes de desenvolvimento local da comunidade e região.

VISÃO

A EPE, consciente que o Ensino Profissional ocupa um papel determinante na construção do futuro do indivíduo e da sociedade, ambiciona responder às necessidades educativas e formativas dos jovens e das suas famílias e às necessidades e exigências da região e público em geral, através da:

- Fixação da população jovem na área de influência da escola;
- Formação de quadros intermédios e especializados necessários ao desenvolvimento local/regional;
- Diminuição das taxas de abandono e insucesso escolar;
- Revitalização do tecido social à luz da igualdade de oportunidades;
- Otimização dos recursos endógenos.

A longo prazo, a EPE tem como visão participar no desenvolvimento da educação sustentável da sociedade, colocando à disposição da comunidade uma Escola de qualidade de excelência em humanização, ensino e cultura com intervenção no processo educativo de pais, Encarregados de Educação e de todas as partes interessadas. Ambiciona contribuir para a formação de cidadãos solidários, informados, críticos, conscientes e empreendedores, capazes de gerirem as suas vidas com valores éticos de fiabilidade, honestidade, respeito, integridade, abertura e justiça que lhes permitam ser bem-sucedidos e intervenientes na sociedade global.

PRINCÍPIOS E VALORES

A EPE é uma organização que tem o sucesso educativo dos seus alunos e a formação de cidadãos com valores como principal missão. Desta forma, o Projeto Educativo assenta nos princípios e valores enunciados no Perfil do dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, Despacho n.º 6478/2017, 26 de julho:

A. Base humanista – A escola habilita os jovens com saberes e valores para a construção de uma sociedade mais justa, centrada na pessoa, na dignidade humana e na ação sobre o mundo enquanto bem comum a preservar.

B. Saber – O saber está no centro do processo educativo. É responsabilidade da escola desenvolver nos alunos a cultura científica que permite compreender, tomar decisões e intervir sobre as realidades naturais e sociais no mundo. Toda a ação deve ser sustentada por um conhecimento sólido e robusto.

C. Aprendizagem – As aprendizagens são essenciais no processo educativo. A ação educativa promove intencionalmente o desenvolvimento da capacidade de aprender, base da educação e formação ao longo da vida.

D. Inclusão – A escolaridade obrigatória é de e para todos, sendo promotora de equidade e democracia. A escola contemporânea agrega uma diversidade de alunos tanto do ponto de vista socioeconómico e cultural como do ponto de vista cognitivo e motivacional. Todos os alunos têm direito ao acesso e à participação de modo pleno e efetivo em todos os contextos educativos.

E. Coerência e flexibilidade – Garantir o acesso à aprendizagem e à participação dos alunos no seu processo de formação requer uma ação educativa coerente e flexível. É através da gestão flexível do currículo e do trabalho conjunto dos professores e educadores sobre o currículo que é possível explorar temas diferenciados, trazendo a realidade para o centro das aprendizagens visadas.

F. Adaptabilidade e ousadia – Educar no século XXI exige a perceção de que é fundamental conseguir adaptar-se a novos contextos e novas estruturas, mobilizando as competências, mas também estando preparado para atualizar conhecimento e desempenhar novas funções.”

Coerentemente, estabelecem-se as seguintes finalidades que devem estar subjacentes a todas as decisões e as ações a levar a cabo por todos os agentes educativos da EPE:

- i. Oferecer um ensino de qualidade que prepare os alunos para a vida, facilitando o prosseguimento de estudos e a inserção na sociedade, enquanto cidadãos livres, ativos e responsáveis;
- ii. Contribuir para a formação integral do aluno;
- iii. Desenvolver um ensino assente na inovação e no recurso a metodologias e tecnologias que promovam aprendizagens bem alicerçadas;
- iv. Implementar uma política de educação inclusiva, orientada para as diversas necessidades e ritmos de aprendizagem e para a adaptação a novas situações ao longo da vida;
- v. promover nos alunos atitudes e hábitos, como responsabilidade, autonomia, autoavaliação, de intervenção e participação democrática, de aceitação do outro, a livre troca de ideias e experiências, de crítica responsável e fundamentada, de trabalho;
- vi. desenvolver nos alunos capacidades de trabalho em equipa, de iniciativa, criatividade, de análise e resolução de problemas, de concretização de teorias e projetos, de aprender a aprender, de adaptação ao uso da tecnologia, de leitura interpretativa e crítica da realidade;
- vii. promover um clima de participação cívica democrática e pluralista pelo envolvimento de docentes, alunos, pessoal não docente, encarregados de educação e parceiros sociais;
- viii. assegurar o direito à diferença, mercê do respeito pelas personalidades e pelos projetos individuais de existência, bem como da consideração e valorização dos diferentes saberes e culturas;
- ix. Promover a equidade, criando condições para a igualdade de oportunidades e igualdade de resultados
- x. Promover hábitos de vida saudáveis, responsáveis, autónomos e solidários;
- xi. Acompanhar a vida escolar dos alunos, potenciando as suas expectativas educacionais e sociais;
- xii. Estimular o exercício dos direitos e deveres de cidadania, no respeito pela diversidade, com espírito democrático, pluralista, crítico e criativo;
- xiii. Aprofundar as relações entre a Escola e a comunidade.

IDENTIDADE DA ESCOLA

PERFIL DO ALUNO DA EPE

O Perfil do Aluno (PA) pretende assegurar a qualidade da educação inclusiva possibilitadora da aprendizagem ao longo da vida, envolvendo currículo e educação para a cidadania, de uma forma intencionalmente integrada. Este documento orientador visa assegurar que, independentemente das trajetórias escolares, todas as aprendizagens sejam norteadas por Princípios, Visão, Valores e Áreas de Competências comuns. Neste sentido, o PA da EPE estabelece «uma visão de escola, constituindo-se para a sociedade em geral como um referencial que enuncia os princípios fundamentais em que assenta numa educação de qualidade».

De acordo com a análise socioeconómica das turmas realizada no início do ciclo formativo, é possível inferir que os alunos são provenientes de famílias com poucos recursos escolares e profissões com estatuto socioeconómico baixo. Predomina um perfil individual de baixo envolvimento com a escola, apesar da sua motivação para a componente prática e do saber-fazer e expectativas de futuro, predominantemente, de ingresso no mercado de trabalho. É de evidenciar que a grande maioria dos alunos pretende completar o ensino obrigatório e alcançar a certificação profissional, para ingressar no mercado de trabalho. Contudo, tem sido notório um crescendo de alunos com pretensões de prosseguimentos de estudos, à saída do ensino secundário.

O aluno EPE é muito heterogéneo, que tanto procura a certificação profissional no curso em que ingressa, como se vê forçado a frequentar o ensino obrigatório, o que representa um risco de abandono em que é necessário atuar. O levantamento deste perfil de aluno à entrada do secundário permite, portanto, atuar de uma forma preventiva perante indicadores de insucesso escolar ou abandono precoce.

A EPE tem apostado na construção de um perfil e identidade específica, que integram competências profissionais técnicas e um conjunto de outras valências pessoais e sociais. Neste sentido, destacamos que há um conjunto de características que definem o perfil do aluno da EPE e que vão ao encontro das competências transversais que se esperam alcançar no Perfil dos Alunos a Saída da Escolaridade Obrigatória. Através da auscultação dos nossos *stakeholders*, foram definidas as seguintes características para o aluno que pretendemos ter:



PLANO ANUAL DE ATIVIDADES

O Plano Anual de Atividades (PAA), em estreita consonância com o Projeto Educativo e o com o Regulamento Interno assumem-se como os instrumentos estruturantes e orientadores da atuação da Escola Profissional de Esposende. O PAA procura assegurar a concretização do objetivo fundamental de garantir a educação e formação integral dos alunos, tendo em vista o perfil profissional associado à respetiva qualificação do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ), bem como o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. A escola assume-me como o espaço privilegiado para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, para a aquisição de aprendizagens significativas, no entanto esse espaço em muito será enriquecido com diversos contributos vindos do exterior, onde noutros contextos se adquirem novas aprendizagens e se validam saberes e competências.

O PAA é um documento de planeamento, onde se definem os objetivos, as formas de organização e de programação, os recursos envolvidos. O plano pretende promover a realização pessoal e académica dos alunos; consolidar conhecimentos e competências; promover uma maior aproximação entre a escola e o mundo do trabalho, através da planificação, acompanhamento e avaliação da formação em contexto de trabalho (FCT) e outras atividades como visitas de estudo a empresas/instituições e o envolvimento dos empresários/técnicos na definição do perfil de formação dos cursos; promover a participação das empresas/instituições da região na vida da escola, nomeadamente em colóquios organizados pela escola, nos júris de avaliação das provas de avaliação final/provas de aptidão profissional, na organização e execução da formação, etc; promover o desenvolvimento ético, moral e social do aluno apoiando-o no desenvolvimento da sua personalidade e na construção de valores essenciais ao pleno exercício da cidadania; estimular a interdisciplinaridade e o trabalho em equipa; enriquecer a vida escolar e promover a interligação entre os agentes e as ações educativas.

PLANO DE FORMAÇÃO INTERNA

Para a elaboração do Plano Anual de Formação e Sensibilização são considerados os seguintes critérios/fundamentos: ações consideradas, pelo Conselho de Administração, relevantes para o cumprimento de requisitos normativos e legais, bem como para o exercício de algumas e em termos institucionais e no sentido de manter as relações com os parceiros; ações decorrentes da atualização de equipamentos e software/aplicações informáticas, bem como da contratação de novos colaboradores/ professores, aos quais devem ser dadas a conhecer as respetivas aplicações, novas e já existentes; ações consideradas pela Direção Pedagógica relevantes e fundamentais para o exercício da prática docente e para o exercício de outras funções, devido à atualização de impressos, regras e outros procedimentos, bem como a sistematização e homogeneização de formas de atuar; ações decorrentes de processos e projetos em curso na escola; ações decorrentes de eventuais reclamações e não conformidades e ações resultantes do levantamento de necessidades de formação realizado no início do ano letivo e que foram identificadas por um número de colaboradores considerado significativo ações provenientes do Plano de Formação do ano letivo passado, que por algum motivo não se conseguiram realizar e que consideram pertinentes para o ano letivo em curso; ações resultantes de contratos existentes no âmbito da Higiene e Segurança no Trabalho e consideradas pela entidade como fundamentais para o cumprimento das normas em vigor- Contrato com SEPRI e, por fim, disponibilidade de formadores na Bolsa Interna para dinamizar as ações.

De referir que o Plano de Formação interno não é um documento fechado, podendo ser alterado a qualquer momento, decorrente de novas necessidades ou ações que surjam. Quanto à avaliação da formação, as ações são avaliadas ao nível da sua eficácia pela Direção da Escola e pelo formando, para aferir as modificações promovidas pela participação em formação.

POLÍTICA DA QUALIDADE

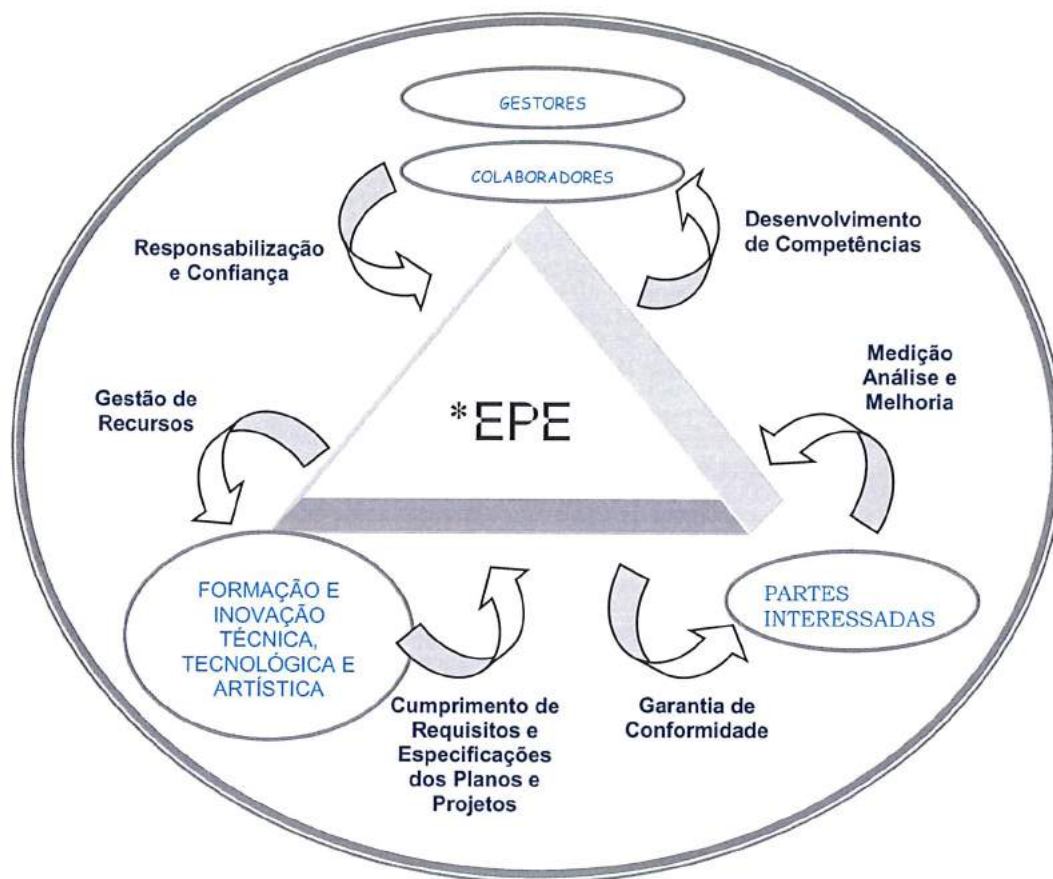
A EPE define a política de qualidade tendo em conta o estabelecido pela Norma ISO 9001/2015 e Quadro EQAVET.

Estes princípios são incorporados na cultura da organização e traduzem-se na procura constante da satisfação das partes interessadas.

Assim, a política de qualidade da EPE traduz-se nos seguintes princípios orientadores:

1. Formação e qualificação dos jovens, de acordo com as necessidades do tecido económico e social da região;
2. Eficiente gestão dos recursos humanos da organização;
3. Permanente abertura à inovação;
4. Formação contínua dos colaboradores;
5. Estabelecimento de parcerias com o mundo empresarial e outras organizações nacionais e multinacionais;
6. Cumprimento dos requisitos que garantam a qualidade/excelência da prestação dos serviços e respeito pela legislação e normas aplicáveis;
7. Disponibilização da informação para todos os serviços e departamentos;
8. Satisfação dos alunos, familiares, empresas, instituições de ensino superior e comunidade envolvente.
9. Assegurar o comprometimento das partes interessadas no Quadro EQAVET.

O planeamento e desenvolvimento do sistema de qualidade da nossa organização é realizado com base nos princípios da melhoria contínua segundo o esquema seguinte.



OFERTA FORMATIVA E ESTRUTURA CURRICULAR

Justificação da oferta

A EPE procura dinamizar uma oferta formativa diversificada e atualizada que procure dar resposta às solicitações do mercado de trabalho, que vá de encontro à realidade do tecido socioeconómico da região e que dê resposta efetiva aos interesses e ambições dos jovens e das suas famílias, os quais veem na escola profissional uma nova oportunidade para a construção de um projeto de vida diferente.

Ao integrarem o mercado de trabalho, os alunos são o elemento ativo da participação da EPE no desenvolvimento local e regional, na medida em que respondendo às carências de mão-de-obra qualificada e duplamente certificadas na região, fomentam a criação de emprego e fixação dos jovens.

A definição da oferta formativa da EPE é efetuada com base na concorrência e na oferta já existente, sem esquecer o facto de a maioria dos alunos ser oriunda de freguesias que constituem o município e ainda de freguesias dos concelhos limítrofes e das lacunas existentes ao nível da qualificação no mercado de trabalho atual e futuro.

A maioria dos alunos pertence ao concelho de Esposende, sendo também representativo o número de alunos oriundos do concelho da Póvoa de Varzim; tem-se notado nos últimos anos um crescimento da procura por parte de alunos oriundos do concelho de Barcelos.

A oferta formativa da EPE tem incidido, essencialmente, nas áreas do Turismo e Lazer, da Hotelaria e Restauração, das Ciências Informáticas, dos Serviços de Apoio a Crianças e Jovens, do Marketing e Publicidade e da Proteção do Ambiente. Atualmente, apostou numa área nova – Técnico/a de Apoio à Gestão Desportiva e pretende solicitar aditamento para abertura de novos cursos – Técnico/a de Padaria/Pastelaria.

Constituem oferta formativa da EPE o ensino básico (8.º e 9.ºano), através da modalidade dos cursos de educação e formação, e o ensino secundário, na modalidade dos cursos profissionais. A par desta formação inicial, a escola

desenvolveu formação para adultos, através da dinamização de cursos EFA-Educação e Formação de Adultos em horário laboral e pós-laboral e formações modulares certificadas, com vista à qualificação e/ou requalificação e formação de recursos humanos ativos e desempregados.

Enquadramento europeu, nacional e regional

Consciente das mudanças provocadas pela globalização e da necessidade de adequar a oferta formativa às exigências de uma sociedade da comunicação e do conhecimento, a EPE sente necessidade de ajustar a sua oferta formativa às solicitações europeias, nacionais, regionais e locais.

Na definição da oferta formativa, a EPE considerou as seguintes diretivas:

- ✓ A Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Norte que identifica como domínios de especialização prioritários os serviços de turismo, considerando que se trata de um setor com maior crescimento na região e como tal exige uma qualificação da oferta de recursos humanos;
- ✓ *THE 2030 Agenda for sustainable Development*;
- ✓ *Labour Market and Wage Developments in Europe, Annual review 2022*;
- ✓ *New Strategic Agenda 2019-2024*;
- ✓ *Employment and Social Developments in Europe 2023*;
- ✓ *CEDEFOP – European Sector Trends 2015-2025*;
- ✓ Estratégia de Especialização Inteligente do Norte;
- ✓ Estudo pelo Conselho Nacional de Educação sobre “Educação em Tempo de Pandemia” e “Caraterização do Ensino e Formação Profissional em Portugal” da EDULOG (Fundação Belmiro de Azevedo);
- ✓ Estudo sobre o Estado da Nação-Educação, Emprego e Competências para 2022 da Fundação José Neves;
- ✓ *Word Economic Forum, The Future of Jobs Report (2020)*.

A nível regional, a EPE participa em iniciativas promovidas pelas entidades competentes ao nível da definição do perfil, competências profissionais, dos planos curriculares, modularização, conteúdos programáticos, elaboração de programas e planificação de disciplinas da área tecnológica, de acordo com as matrizes definidas pela então ANQEP para a homologação dos cursos a serem inscritos no Catálogo Nacional das Profissões. Outra entidade competente é a Comunidade Intermunicipal do Cávado (CIM Cávado), que participa formalmente no processo de concertação da rede de oferta formativa profissionalizante, desde o ano letivo 2016/17, em estreita articulação com a ANQEP, DGEST-DSRN, divisões de educação municipais, Agrupamentos de Escola e Escolas Profissionais, enquanto elemento mobilizador e facilitador na implementação do Modelo de Aprofundamento Regional do SANQ - Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificações. Este processo de concertação tem sido desenvolvido e sustentado num Estudo de Antecipação de Necessidades de Qualificação Intermédias, em linha com a metodologia definida pela ANQEP para o Módulo de Aprofundamento Regional do SANQ, e tem como finalidade dotar a NUTS III Cávado de um instrumento que assegure uma gestão territorial conjunta da oferta profissionalizante, com base na convergência dos atores regionais dos sistemas de educação, formação e emprego. É neste contexto que a CIM Cávado tem realizado momentos de auscultação de *stakeholders* e de uma gama variada de atores relacionados com as dinâmicas de oferta e procura de qualificações de nível intermédio, com o objetivo de avaliar as necessidades, os padrões da oferta formativa, e a identificação de apostas e prioridades para a rede de oferta de cursos profissionalizantes.

Ao participar ativamente nas reuniões promovidas pela ANESPO e por outras Escolas Profissionais contribuiu para:

- ✓ A promoção da colaboração entre as Escolas Profissionais;
- ✓ O reforço da autonomia pedagógica e científica das Escolas, associado à atualização dos Planos Curriculares dos cursos;
- ✓ A melhoria das práticas pedagógicas, através de permuta de experiências, a nível de Formação em Contexto de Trabalho e da Prova de Aptidão Profissional (PAP) e Prova de Aptidão Final (PAF);

A interação entre municípios, entidades educativas/formativas, entidades patronais e a população em geral, leva a escola a participar regularmente nas reuniões promovidas pela Câmara Municipal de Esposende, destinadas à gestão da rede de oferta formativa no concelho.

De igual forma, a EPE interage com o meio envolvente através de parcerias e protocolos elaborados com empresas e organizações de diversos ramos de atividade - desde empresas prestadoras de serviços, de restauração, cozinha e turismo, indústrias transformadoras - que direta e indiretamente concorrem para a futura empregabilidade dos nossos alunos.

Celebramos ainda protocolos locais com entidades públicas e privadas, nomeadamente para a Formação em Contexto de Trabalho. O posicionamento e o reconhecimento da EPE no meio são bastante evidentes, sendo certo que fazem parte do Conselho Consultivo elementos representativos do tecido económico, social, cultural do nosso Concelho.

Oferta formativa atual

Oferta formativa da EPE ao nível dos cursos de nível secundário/cursos profissionais:

- Técnico/a de Restaurante/Bar
- Técnico/a de Cozinha/Pastelaria
- Técnico/a de Informática de Gestão
- Técnico/a de Apoio à Gestão Desportiva
- Técnico/a de Ação Educativa
- Animador/a Sociocultural
- Técnico/a de Comunicação/Marketing – Relações Públicas e Publicidade

Para a conceção do Plano de Formação atual foi tida em atenção a articulação com a rede de ofertas profissionalizantes existentes na região, seguindo-se as orientações delineadas pela CIM Cávado, pelo Conselho Municipal de Educação e pelo Conselho Local de Ação Social, que consideraram ser pertinente dar continuidade às áreas de formação dinamizadas pela EPE.

São ainda ouvidas entidades representativas do tecido socioeconómico local e regional e com as quais a EPE estabelece ativa e permanente colaboração. São nesse sentido favoráveis os pareceres das associações locais e do instituto de emprego e formação profissional, entidades com as quais a escola colabora frequentemente.

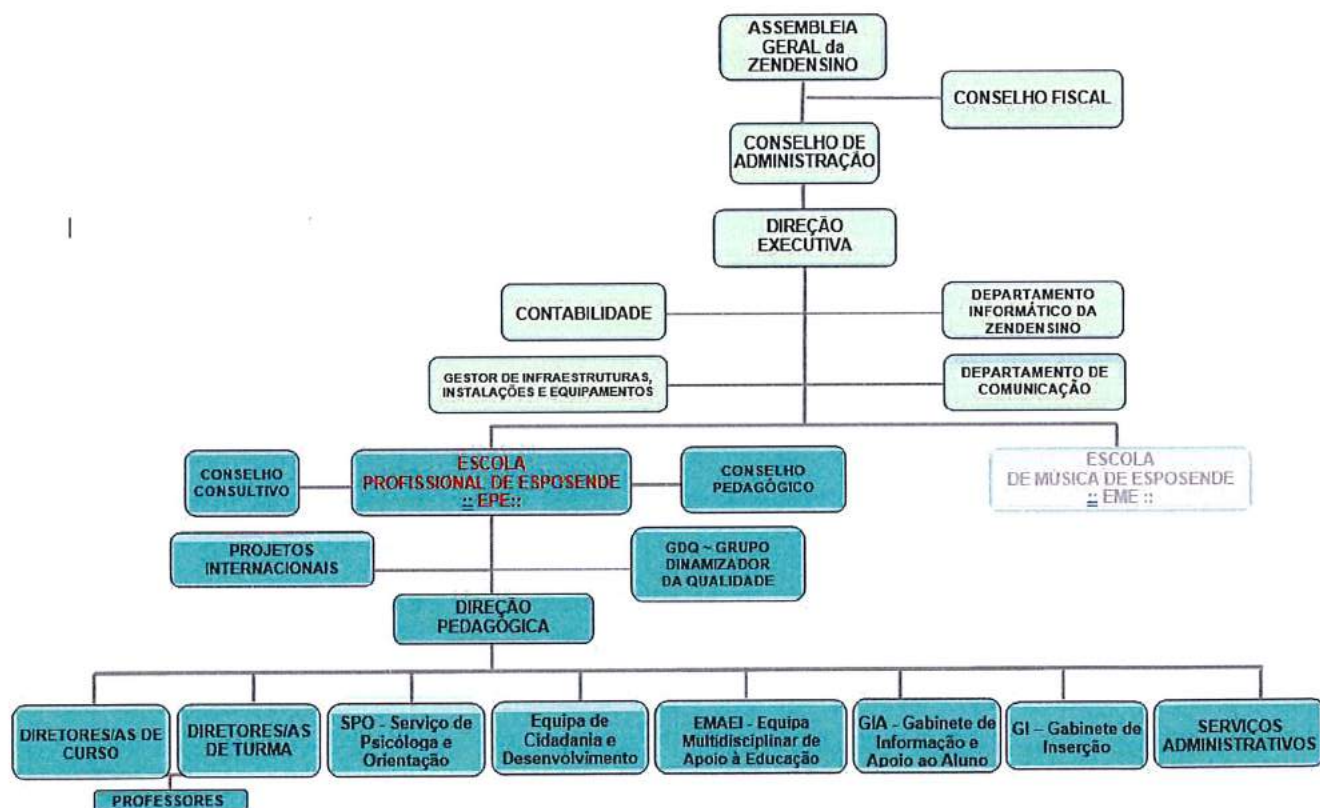
A atuação da EPE reveste-se de grande relevância face às necessidades locais/regionais, visíveis quer ao nível da procura social, quer ao nível da procura de técnicos qualificados.

As perspetivas de empregabilidade nas áreas de formação são igualmente animadoras. Muitas têm sido as entidades, que evidenciam necessidades de recrutamento de técnicos devidamente qualificados e portadores de competências

técnicas, com uma sólida e, ao mesmo tempo abrangente, formação. A procura de técnicos intermédios junto da EPE continua a ser uma prática constante por parte das entidades empregadoras, à qual nem sempre é possível dar resposta. Tem sido frequente a vinda de empresários à escola informar-se sobre a formação ministrada e é também dramático, para a escola, o aliciamento aos alunos em estágio para que não terminem os seus cursos com ofertas de empregos imediatos.

A taxa de empregabilidade e, principalmente, o número de alunos que se encontram a trabalhar na região são dados positivos, a par das mais-valias profissionais e qualidade dos seus serviços, referenciadas já por diferentes entidades do tecido socioeconómico. A avaliação do desempenho dos estagiários, efetuada pelas entidades externas, assume-se como um indicador de avaliação da formação ministrada. A constante solicitação e apelo à participação e envolvimento da EPE em projetos e dinâmicas da responsabilidade das mais diversas entidades, como Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, Associações Sociais e Culturais, Associações Desportivas, Unidades Hoteleiras, entre outras, são a confirmação de que a qualidade da nossa formação, os saberes e práticas desenvolvidos, vão de encontro às características e necessidades da comunidade. Continuamos convencidos de que o valor do nosso Projeto Educativo e a sua importância para a comunidade em que nos inserimos justificam o continuado empenho na sua consecução e constante avaliação e aperfeiçoamento.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



A descrição de cada função constante do Organograma e os critérios de substituição para o seu desempenho, no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade, encontram-se descritos em documento próprio – Manual de Descrição de Funções.

Corpo Docente

O corpo docente é constituído por profissionais que apresentam perfis de formação científica, pedagógica e profissional adequada à formação ministrada nas escolas profissionais, a qual prevê uma forte ligação à realidade local e ao mundo do trabalho. Os docentes das áreas técnicas dos cursos exercem profissões nessas áreas profissionais, a maioria em empresas/entidades da região, o que facilita uma maior ligação dos alunos à profissão.

O professor das escolas profissionais orienta a sua ação no sentido de dar uma resposta educativa adequada, por um lado às necessidades específicas dos alunos, numa valorização da escola enquanto potenciadora das competências de cada um e, por outro lado, indo de encontro às exigências da sociedade atual e do mercado de trabalho.

Para a docência das componentes de formação sociocultural e científica, os professores devem possuir qualificação profissional para a docência no respetivo grupo de recrutamento (art.º 30.º do Decreto-Lei n.º 92/2014).

Para a docência da componente de formação tecnológica e prática deve ser dada preferência a formadores que tenham experiência profissional ou empresarial e sejam detentores de adequada formação pedagógica (art.º 31.º do Decreto-Lei n.º 92/2014).

Ao nível do corpo docente, é preocupação da EPE promover sucessivas ações de formação de professores, reforçando a sua coesão e dotando-o, cada vez mais, das melhores práticas e conhecimentos pedagógicos.

Corpo Não Docente

O corpo não docente, indispensável ao bom funcionamento da EPE, encontra-se distribuído por várias categorias e áreas de atividade: Serviços Administrativos, Contabilidade, Técnicos, Assistentes Operacionais, em quantidade e nível de desempenho adequados às necessidades da escola.

A EPE, dispõe, ainda, de um Serviço de Psicologia e Orientação (SPO) e de um Gabinete de Inserção (GI). Estes assumem um papel prioritário, como primeira instância de resposta às necessidades e reencaminhamento dos alunos para as empresas e instituições. São responsáveis por:

- Informar, apoiar e orientar os alunos para a inserção no mercado de trabalho, através da divulgação da formação promovida pelas diversas entidades;
- Organizar grupos para dinamização de sessões práticas sobre técnicas de procura de emprego;
- Divulgar oportunidades de emprego, entre outras atividades, sempre sob a orientação técnica dos responsáveis;
- Estimular a confiança e valorizar as qualidades pessoais e profissionais como princípios fundamentais, na procura ativa de emprego.

Pais e Encarregados de Educação

Uma das preocupações atuais é o desenvolvimento da relação escola/meio, através da participação orgânica no processo educativo de todos os intervenientes: alunos, docentes, famílias, entidades socioeconómicas e comunidade em geral.

A EPE procura manter encontros formais e pontualmente informais com os encarregados de educação, por intermédio do Conselho de Administração, da Direção Pedagógica, Diretores de Curso e Diretores de Turma.

PARCERIAS INSTITUCIONAIS

As redes formais e informais de parcerias assumem particular importância na operacionalização dum projeto educativo desta natureza, em que a escola se assume como um elemento ativo do desenvolvimento local e regional. Para além das instalações, equipamentos e recursos humanos de que a escola dispõe, são fundamentais os protocolos e acordos estabelecidos com o tecido socioeconómico. Numa visão estratégica que valoriza a atuação em rede, é com os parceiros que a escola desenvolve novos projetos e cria novas oportunidades de desenvolvimento.

A EPE tem mantido, desde o início da sua atuação, relações de parceria com: Ministério da Educação; Ministério do Emprego, Trabalho e Segurança Social; Instituto do Emprego e Formação Profissional (através do Centro de Emprego de Barcelos); ANESPO – Associação Nacional do Ensino Profissional; Câmara Municipal de Esposende; Conselho Municipal de Educação; Conselho Local de Ação Social; Município da Póvoa de Varzim; ACICE – Associação Comercial e Industrial do Concelho de Esposende; PNLN – Parque Natural do Litoral Norte; Esposende Ambiente; Esposende 2000; Estação Náutica de Esposende; Santa Casa da Misericórdia de Fão; Essência do Vinho – Promoção e Distribuição de Vinhos, Lda.; PROALV - Agência Nacional dos Programas Comunitários; ISPGAYA – Instituto Superior Politécnico de Gaia; IPVC – Instituto Politécnico de Viana do Castelo; Empresas e Associações; IPCA – Instituto Politécnico do Cávado e do Ave; Universidade Católica Portuguesa- Centro Regional do Porto Empresas e Associações, entre outras. Recentemente, a EPE celebrou protocolos de cooperação com entidades/associações de países PALOP, nomeadamente, Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé, além de ter uma parceria bastante ativa com a CLAIM - Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes, na integração de diversos refugiados, oriundos dos mais variados países.

Temos plena consciência que as parcerias e protocolos de colaboração com a autarquia, associações empresariais, instituições sociais, culturais e desportivas locais, unidades hoteleiras, agências de viagens, entidades diversas e instituições de Ensino Superior têm assumido, desde sempre, um papel fundamental na criação de dinâmicas com o tecido socioeconómico local e regional permitindo a viabilidade deste projeto.

METAS E ESTRATÉGIAS PARA O TRIÉNIO 2023-2026

ANÁLISE SWOT

PONTOS FORTES:

30 anos de existência
Boa localização geográfica em termos de acessibilidades
Recursos humanos altamente qualificados e especializados
Projetos internacionais de mobilidade/Erasmus+
Escola humanista - Família/Proximidade com os alunos
Rede de parceiros consolidada e diversificada
Formação reconhecida pela norma ISO9001 desde 2005 e pelo EQAVET
Valorização e promoção da inclusão
Comunicação direta da para os EE's
Existência de serviços – SPO e GI
Plano Anual de Atividades abrangente e diversificado
Estabilidade do corpo docente e não docente
Qualidade, competência, entrega e dedicação dos colaboradores
Elevado grau de comprometimento com a instituição
Formação reconhecida e valorizada por parte dos empregadores/parceiros
Ligação do corpo docente técnico com o mundo empresarial e ensino superior

Disponibilidade do corpo docente para assegurar horários
Ótimo relacionamento dos alunos com os colaboradores

PONTOS FRACOS

Carga horária excessiva e alterações constantes nos horários	Baixo envolvimento dos EE's no processo educativo
Degradação das instalações do edifício sede	Efeitos da pandemia nos alunos (valores/attitudes/aprendizagens)
Falta, no edifício sede, de espaço de convívio e para refeições para alunos	Absentismo/abandono escolar precoce/indisciplina
Falta de espaços, infraestruturas e equipamentos adequados à prática pedagógica	Excesso de burocracia
Modelo de ensino tendencialmente expositivo em colisão com o PASEO	Dificuldades de transporte para realização de atividades
Resistência à mudança para práticas pedagógicas diferenciadoras e inovadoras	Baixas taxas de empregabilidade na área de formação
Resistência às ações de formação	Inexistência de um pavilhão gimnodesportivo
Poucas respostas aos pedidos de sugestões e necessidades	Baixa identidade da EPE e reconhecimento no concelho
Baixo interesse dos colaboradores, em atualização dos conhecimentos, relacionados com os normativos legais, ligados à educação e às áreas técnicas	Oferta formativa desajustada às necessidades do mercado de trabalho
Falhas na comunicação entre os diferentes serviços/funções/departamentos	Falta de professor de educação especial e de formação especializada
O não reconhecimento da imagem Zendensino enquanto responsável por duas escolas EPE e EME	Mecanismos de consulta e diálogo deficitários
Alunos pouco motivados	Alunos com baixos níveis de formação pessoal/relacional/técnica
Perfil de entrada desajustado ao ciclo de formação	Alunos sem perspetivas/ambição para o futuro académico e profissional

OPORTUNIDADES

Candidatura ao CTE - Indústria /Quadro Comunitário 20/30
Mudança da imagem institucional da EPE
Especialização da oferta EPE
Associação da duas escolas da ZENDENSINO – EPE/EME
Centro Qualifica
Diversificação das atividades integradoras
Aumento da oferta de ensino superior profissional nas áreas de formação da EPE– TESP
Aumento da oferta de ensino superior com abertura de Polo da Universidade do Minho
Transição digital/tecnológica e ambiental
Envolvimento da escola no meio
Valorização e crescimento do turismo
Forte dinamismo económico-empresarial regional, associado à inovação e ao empreendedorismo
Necessidade urgente de mão de obra qualificada no contexto local e regional
Aumento da procura por parte dos empregadores
Aumento das ofertas de emprego
Reforço da internacionalização da escola – Acreditação Erasmus+
Diversificação das áreas de formação, Artes e Espetáculos
Desenvolvimento e consolidação de parcerias com o tecido socioeconómico e empresarial

AMEAÇAS/RISCOS

Decréscimo demográfico e envelhecimento da população	Pouco envolvimento das estruturas de apoio externas
Elevada dependência da DGEste em matéria de oferta formativa	Rapidez da evolução tecnológica/incerteza face às profissões de futuro
Separação dos edifícios (sede, Ramalhão e pavilhão)	Orientação escolar e profissional tendencialmente parcial no 9º ano
Preconceito/estigma do ensino profissional	Impacto pós pandemia na saúde mental

Instabilidade política e legislativa na área da educação	Existência de oferta de cursos profissionais em escolas próximas
Normativos legais/excesso de burocracia	Concorrência desleal por parte da escola secundária do concelho
Falta de articulação entre as entidades intermunicipais (Póvoa de Varzim; Viana do Castelo)	Baixa escolaridade dos EE`s
Dificuldades económicas das famílias na região	Demasiados alunos com necessidade de acompanhamento individual
Modelos de financiamento desajustados	Nível económico dos agregados familiares
Cortes no financiamento associados à desistência/transferência de alunos	Rede de transportes deficitária
CNQ desajustado, currículos desadequados e com carga horária excessiva	Tomada de decisões tardia por parte da tutela

Após o levantamento exaustivo e com o contributo de todos dos aspetos anteriormente elencados, e tendo em conta o plano estratégico e de forma a melhorarmos a nossa prestação, apontamos os seguintes objetivos prioritários para o triénio de 2023-2026:

- Aumentar a Procura Social;
- Promover o sucesso escolar;
- Reduzir as taxas de absentismo e abandono escolar;
- Melhorar a qualidade da formação;
- Fomentar a relação entre a escola e os *stakeholders*;
- Dotar os docentes e não docentes de práticas de inovação pedagógica;
- Promover a Educação para a Cidadania;
- Promover a empregabilidade/prosseguimento de estudos;
- Avaliar o impacto e a adequabilidade da formação realizada pela escola;
- Promover a autoavaliação interna;
- Potenciar a internacionalização da Escola;
- Requalificar as instalações e equipamentos técnicos da escola.

A ESCOLA E A GARANTIA DA QUALIDADE

Tendo subjacente a missão da Escola Profissional de Esposende de promover o ensino profissional, bem como de diferentes modalidades de formação, em conformidade com a lei de bases do sistema educativo, indo ao encontro dos interesses e aspirações dos alunos, dos colaboradores e dos agentes de desenvolvimento local, regional e nacional, com vista à inserção dos alunos na vida ativa, contribuindo para a sua realização pessoal e profissional como cidadãos, estando sempre presente o princípio de aprender fazendo, construindo e inovando, a EPE definiu o seu Sistema de Gestão da Qualidade.

O Sistema de Gestão da Qualidade(SGQ) foi definido assente na visão de que a EPE assuma uma identidade própria e única, que a caracterize e afirme no contexto socioeconómico e cultural em que se insere, guiando-se sempre por valores e princípios que tenham, por fim último, a formação integral do aluno, como pessoa, nos seus interesses e aspirações e, como cidadão, ativo, responsável, interveniente, democrata e solidário.

Assim, consciente da importância da criação do SGQ, a EPE avançou com a sua certificação, tendo por base a norma NP EN ISO 9001, tendo criado um grupo responsável pela sua dinamização. Em março de 2005, realizou-se a Auditoria de Concessão, realizada pela SGS Portugal, tendo-se obtido a primeira certificação em junho de 2005.

Atualmente, o Sistema da Qualidade implementado baseia-se na Norma NP EN ISO 9001:2015 em alinhamento com o Quadro EQAVET e interatua com todas as atividades e setores da Escola Profissional de Esposende afetos aos cursos de qualificação inicial.

A responsabilidade pela Qualidade não é exclusiva do GDQ (Grupo Dinamizador da Qualidade), é sim um privilégio repartido por todos os colaboradores da ZENDENSINO - Escola Profissional de Esposende.

Este documento tem como objetivo comprometer a EPE e toda a comunidade escolar na tarefa de alinhar o Sistema de Gestão da Qualidade com o quadro EQAVET (Quadro de referência Europeu de Garantia da Qualidade para a Educação e Formação Profissionais) em vigor, dando cumprimento ao disposto no Decreto-Lei nº92/2014 de 20 de junho.

Os princípios inerentes à gestão da qualidade, alinhados com o quadro EQAVET, têm implícito o cumprimento dos requisitos legais, normativos, dos clientes e outros aplicáveis. Estes princípios devem ser uma preocupação constante de todos os colaboradores da EPE, sendo da competência do Conselho de Administração cumprir e fazer cumprir a regulamentação definida neste âmbito.

O EQAVET é um instrumento a adotar de forma voluntária, que permite documentar, desenvolver, monitorizar, avaliar e melhorar a eficiência da oferta de Ensino e Formação Profissional e a qualidade das práticas de gestão, implicando processos de monitorização regulares, envolvendo mecanismos de avaliação interna e externa e relatórios de progresso, estabelecendo critérios de qualidade e descritores indicativos que sustentam a monitorização e a produção de relatórios por parte dos sistemas e operadores de formação e ensino profissional.

O Conselho de Administração, como principal responsável pelo Sistema de Gestão da Qualidade e da aplicação do quadro EQAVET, nomeia como responsável pela dinamização do sistema, o Grupo Dinamizador da Qualidade para o desenvolvimento, a coordenação e acompanhamento da implementação do processo de alinhamento de ambos os modelos.

Com a incorporação dos princípios elencados no modelo de qualidade preconizado para o ensino profissional, alinhado com a matriz europeia EQAVET, a EPE pretende elevar a qualidade do seu desempenho, num esforço cíclico e contínuo de melhoria e adequação às reais necessidades da comunidade em que se insere, afirmando-se como uma Escola Profissional de referência a nível local, regional, nacional e europeu.

A escola com a implementação deste sistema passou a controlar e utilizar de forma mais eficaz os seus recursos, nomeadamente através de:

- ✓ Clarificação dos objetivos estratégicos, definição de metas e sua monitorização através da definição de planos de ação;
- ✓ Melhor organização do trabalho;
- ✓ Melhor monitorização dos processos;
- ✓ Enquadramento dos indicadores EQAVET nos indicadores da qualidade;
- ✓ Melhor monitorização dos indicadores EQAVET;
- ✓ Maior clarificação de objetivos, responsabilidades e funções;
- ✓ Maior eficácia na comunicação interna e externa;
- ✓ Melhor gestão e utilização dos recursos humanos e materiais;
- ✓ Criação de Planos de Ações que incluam ações que se relacionem com a estratégia de EPE;
- ✓ Reformulação do Projeto Educativo da Escola.

IDENTIFICAÇÃO E TIPOLOGIA DOS STAKEHOLDER'S

Por definição, um *stakeholders* é uma parte interessada, uma pessoa ou grupo de pessoas que têm uma participação no sucesso ou no desempenho de uma organização. Para a implementação de um processo de melhoria contínua, fundamental à garantia da qualidade do ensino que ministra, a EPE considera que o mesmo não se pode dissociar do envolvimento permanente dos seus *stakeholders* internos e externos em torno dos objetivos da instituição.

Em relação dos *stakeholders* internos é partilhado com eles os objetivos institucionais, as metas a atingir e os timings para o seu alcance. Deve promover-se a autorreflexão e a autocrítica, bem como a reflexão periódica conjunta, de forma a que cada interveniente possa alinhar a orientação das suas práticas para o alcance dos objetivos e metas institucionais.

As opiniões dos *stakeholders* externos no processo formativo deve ser valorizada, já que representa uma visão de “fora para dentro”, mais distanciada e, por isso, muitas vezes mais clara e objetiva. Assim, é muito importante implementar ferramentas que permitam a recolha contínua das opiniões e sugestões de melhoria destes *stakeholders*, para que se possa refletir sobre elas e integrar as melhorias propostas.

O quadro seguinte resume a tarefa de identificação e priorização dos *stakeholders*, relativamente aos seus interesses específicos, importância e influência na atividade da escola.

A principal estratégia para disseminar os resultados de autoavaliação junto dos diferentes *stakeholders* será a adequação da informação aos públicos-alvo, focalizando a informação nos respetivos interesses e necessidades, visando a função de melhoria da qualidade.

Designação	Tipologia	Envolvimento	Responsabilidades	Momento de envolvimento	Evidências do envolvimento
Alunos	Interno	Total	Definir metas e objetivos; Cumprir o regulamento interno; Intervir ativamente no Projeto Educativo da Escola; Obter sucesso escolar; Ter uma boa integração escolar e social; Apresentar sugestões e propostas de melhoria para funcionamento da escola; Aquisição de competências profissionais e pessoais; Participar no desenvolvimento de ações de promoção e divulgação.	Planeamento	Representante nas reuniões de Conselho de Turma e Conselho Consultivo. Almoços mensais com delegados.
				Implementação	Registos pedagógicos (avaliação/ assiduidade/sumários/ planos de recuperação, projetos/ atividades/relatórios)
				Avaliação	Avaliação de visita de estudo/atividades Questionários de satisfação
				Revisão	Análise e discussão de resultados Planos de melhorias
Pais/Encarregados de educação	Externo	Total	Participar no desenvolvimento individual, social e profissional do seu educando; Cumprir o regulamento interno; Apoiar e controlar o aluno durante todo o seu percurso formativo; Envolvimento em atividades e projetos dos seus educandos; Avaliar a escola e as suas práticas pedagógicas e apresentar sugestões e propostas de melhoria.	Planeamento	Representante dos pais/EE's no Conselho Consultivo
				Implementação	Reuniões com EE's/atendimentos individuais / Outros contactos com Diretores de Turma/ Atas de reuniões com EE's e ata de reunião individual.
				Avaliação	Questionários de avaliação da satisfação.
				Revisão	Recolha de sugestões/ propostas de melhoria Análise dos resultados

Pessoal docente	Interno	Total	<p>Colaborar na formação dos alunos, promovendo o seu desenvolvimento individual, social e profissional; Assumir o compromisso de implementar e desenvolver o processo de garantia da qualidade/ EQAVET; Empenho na implementação da mudança e melhoria contínuas; Cumprimento de critérios de qualidade estabelecidos; Capacitar os alunos das competências necessárias Promover a integração no mercado de trabalho/prosseguimento de estudos; Assegurar a qualidade da formação; Participar em ações de formação.</p>	Planeamento	Reunião Geral Planeamento do Plano Anual de Atividades Diagnóstico de necessidades de formação Planificação modular/UFCD's
				Implementação	Avaliação/registo de assiduidade/sumários/reatórios/planos de recuperação/projetos e atividades Registos de formação
				Avaliação	Questionários de avaliação Reuniões gerais Reunião de Revisão (representante)
				Revisão	Análise e discussão dos resultados/ Planos de ação Reunião de Revisão (representante)
Pessoal Não Docente	Interno	Parcial	<p>Colaborar na formação dos alunos, promovendo o seu desenvolvimento individual, social e profissional. Assumir o compromisso de implementar e desenvolver o processo de garantia da qualidade/ EQAVET; Empenho na implementação da mudança e melhoria contínuas; Promover o respeito e cumprimento de regras; Participar em ações de formação; Cumprimento de critérios de qualidade estabelecidos.</p>	Planeamento	Reuniões periódicas com a Direção da Escola Reunião Geral
				Implementação	Registos das diferentes atividades representativas das suas funções
				Avaliação	Questionários de avaliação Reunião de Revisão (representante)
				Revisão	Recolha de sugestões Reunião de Revisão (representante)
Parcerias institucionais (Nacionais e Internacionais)	Externo	Total	<p>Identificar necessidades de formação; Participar no desenvolvimento individual, escolar, social e profissional do aluno e colaboradores; Proporcionar intercâmbios e experiências; Dinamizar atividades em parceria com a escola; Fomentar as competências linguísticas e comunicacionais dos alunos; Incentivar a troca de saberes com jovens de outras nacionalidades; Dar a reconhecer outras realidades sociais, laborais e culturais diferentes do meio envolvente; Colaborar na definição de estratégias de forma a colmatar possíveis lacunas.</p>	Planeamento	Representação no Conselho Consultivo Protocolos Plano anual de atividades Projetos Comuns
				Implementação	Candidaturas Protocolos
				Avaliação	Avaliação de atividades e evidências de participação
				Revisão	Análise de debate de resultados Planos de ações Assento no Conselho Consultivo
Parcerias FCT	Externo	Total	<p>Colocação de Alunos em FCT; Apoio na identificação de necessidades de formação do mercado de trabalho;</p>	Planeamento	Calendarização/perfil do aluno/plano FCT caderneta
				Implementação	Protocolos/sumários/

			Divulgação da Escola; Disponibilização de técnicos para ministrar formação; Promover no aluno o desenvolvimento de capacidades, competências e atitudes essenciais à integração no mundo do trabalho; Permitir aos alunos aplicar, consolidar e aprofundar os conhecimentos e competências adquiridos, executando em contexto real de trabalho tarefas relacionadas com a formação técnica obtida em contexto escolar.	Avaliação	Documentação FCT Cadernetas de FCT/reuniões intermédias/finais Relatório de FCT
				Revisão	Recolha de sugestões; Questionários de satisfação
Entidade proprietária	Interno	Parcial	Estabelecer as linhas estratégicas de funcionamento da EPE e avaliar resultados; Cumprimento de critérios de qualidade estabelecidos.	Planeamento	Ata de reuniões da Assembleia Geral
				Avaliação	Relatórios de contas
				Revisão	Atas de reuniões da Assembleia Geral
Direção Pedagógica	Interno	Total	Planear, implementar e avaliar os objetivos em linha de ação da EPE; Estabelecer metas e objetivos; Controlar a execução nas diversas etapas; Avaliar resultados; Sugerir medidas/ações.	Planeamento	Atas de reuniões Recolha de indicadores
				Implementação	
				Avaliação	
				Revisão	
Empregadores	Externo	Parcial	Apoio na identificação de necessidades de formação do mercado de trabalho; Proporcionar aos alunos a inserção no mercado de trabalho; Realização de Visitas de Estudo pelos alunos durante o seu percurso formativo; Realização de Prática Simulada durante o percurso formativo; Divulgar ofertas de emprego; Disponibilizar recursos em função das parcerias; Avaliar o desempenho dos alunos empregados.	Planeamento	Definição da oferta formativa – assento no Conselho Consultivo
				Implementação	Ofertas de Emprego; Indicadores empregabilidade
				Avaliação	Questionários de avaliação da Satisfação dos empregadores
				Revisão	Recolha de sugestões/plano de melhorias Análise e debate de resultados e assento no Conselho Consultivo

RESPONSABILIDADES NO ÂMBITO DA GARANTIA DA QUALIDADE

Os membros do GDQ são designados pelo Conselho de Administração, podendo cessar as suas funções a qualquer momento, por sua designação.

Responsabilidades do Gestor do Grupo Dinamizador da Qualidade em conjunto com os membros do grupo:

- Preparar o Relatório de Autoavaliação **da Qualidade/Revisão do Sistema**;
- Participar nos **objetivos** da Qualidade e proceder ao seu acompanhamento;
- Colaborar na compilação e análise dos **indicadores** dos processos;
- Assegurar a compilação e análise das **ocorrências e outras ações**;
- Analisar os **Mapas de Sugestões e de Reclamações** e abrir as respetivas ações nos Planos de Ação;
- Elaborar os **Planos de Ação** e garantir a sua execução e acompanhamento;

- Garantir o planeamento, execução e acompanhamento das **Auditorias da Qualidade Internas e Externas**;
- Proceder à preparação, revisão e controlo dos **documentos** do Sistema de Garantia da Qualidade (Processos e Impressos);
- Garantir a distribuição e afixação dos documentos do Sistema;
- Proceder às alterações necessárias no **Organograma** e no **Manual de Funções**;
- Participar na preparação e revisão da **Política da Qualidade, Missão e Visão**;
- Garantir a atualização da **Lista de Documentos Normativos e Legais**;
- Efetuar a **avaliação de fornecedores**;
- Elaborar o **Plano de Formação Interna** e garantir a sua divulgação, execução e acompanhamento;
- Compilar e tratar os dados referentes à formação anual dos colaboradores;
- Elaborar o **Plano de Intervenções** e garantir a sua execução;
- Acompanhar as intervenções efetuadas e garantir a existência dos registos associados.

INDICADORES DOS PROCESSOS

Processos	Indicadores	Fontes de Informação	Periodicidade	Mecanismos de Controlo
PO1 - Organização de Projetos de Qualificação Inicial	Taxa de turmas aprovadas.	Aprovação da candidatura	Anual	Análise documental
PO2 - Recrutamento de Alunos	Taxa de não admissão	Registos de matrícula/ Grelhas de Seriação	Anual	Análise de indicadores
	Taxa de matrícula	Registos de matrícula	Anual	Análise de indicadores
PO3 - Planeamento das Atividades Formativas	Ter o planeamento das atividades finalizado na semana antes dos Conselhos de Turma de arranque do ano letivo	Horários/Cronogramas Calendário Escolar Distribuição de serviço docente	---	----
PO4 - Direção de Turma	Taxa de desempenho escolar	Registos pedagógicos	Trimestral	Análise de indicadores
	Taxa de absentismo	Mapas de faltas	Mensal	Análise de indicadores
	Taxa de absentismo injustificado	Mapas de Faltas	Mensal	Análise de indicadores
	Taxa de absentismo justificado (superior a 5%)	Mapas de Faltas	Mensal	Análise de indicadores
	Taxa de desistência	Declarações de Desistência	Trimestral	Análise de indicadores
	Taxa de retenção/ transferência	Pauta Final/ Boletim de Transferência	Anual	Análise de indicadores
	Taxa de conclusão.	Pauta Final / Atas	Anual	Análise de indicadores
	Taxa de participação dos Encarregados de Educação na vida escolar dos seus educandos	Registos de Reunião	Trimestral	Análise de indicadores
PO5 - Desenvolvimento das Atividades Formativas	Taxa de Execução Horária	Controlo de Execução Horária	Trimestral	Análise de indicadores
	Taxa de Execução de Desdobramentos	Controlo da Formação	Trimestral	Análise de indicadores
	Taxa de Execução do Plano de Atividades	Relatórios do Sistema Informático	Trimestral	Análise de indicadores
	Taxa de Absentismo	Mapas de Faltas	Mensal	Análise de indicadores
	Taxa de Desempenho Escolar	Controlo de Desempenho escolar	Trimestral	Análise de indicadores

	Taxa de Conclusão	Pauta Final Atas	Anual	Análise de indicadores
	Classificação Média Final (componente letiva)	Extrato de classificações/Pauta Final	Anual	Análise de indicadores
	Classificação Média Final (turmas finalistas)	Extrato de classificações/Pauta Final	Anual	Análise de indicadores
PO6 - Prova de Aptidão Profissional / Prova de Avaliação Final	Classificação média da PAP	Pauta Final PAP	Anual	Análise de indicadores
	Taxa de Conclusão da PAP		Anual	Análise de indicadores
PO7 – Estágios	Classificação Média Final	Questionários	Anual	Análise documental
	Grau de Satisfação dos Estagiários	Questionários	Anual	Avaliação da satisfação
	Grau de Satisfação das Entidades	Questionários	Anual	Avaliação da satisfação
PO8 - Apoio na Gestão da Carreira	Taxa de empregabilidade geral	Observatório de Emprego	Anual	Análise de indicadores
	Taxa de empregabilidade na área de formação	Observatório de Emprego	Anual	Análise de indicadores
	Taxa de prosseguimento de estudos	Observatório de Emprego	Anual	Análise de indicadores
	Taxa de emigração	Observatório de Emprego	Anual	Análise de indicadores
PO9 - Avaliação da Eficácia	Grau de satisfação dos alunos	Questionários on-line	Anual	Avaliação da satisfação
	Grau de satisfação dos encarregados de educação	Questionários	Bianual	Avaliação da satisfação
	Grau de satisfação dos Colaboradores (docentes)	Questionários on-line	Bianual	Avaliação da satisfação
	Grau de satisfação dos Colaboradores (não docentes)	Questionários on-line	Bianual	Avaliação da satisfação
	Grau de desempenho dos professores	Questionários on-line	Anual	Avaliação da satisfação
	Grau de desempenho dos coordenadores de curso	Questionários on-line	Anual	Avaliação da satisfação
	Grau de desempenho dos diretores de turma	Questionários on-line	Anual	Avaliação da satisfação
	Avaliação da eficácia da formação	Questionários on-line	Anual	Avaliação da satisfação
	Avaliação da satisfação dos empregadores	Questionários on-line	Anual	Avaliação da satisfação
PS1 - Gestão Administrativa e Financeira	Elegibilidade de todas as despesas			
PS2 - Gestão de Recursos Humanos	Nº de Reclamações referentes a RH	Mapa de Reclamações/ NC	Anual	Análise documental
	Taxas de Execução da Formação Interna	Plano de Formação e sensibilização – Resultados Anuais	Anual	Análise de indicadores
PS3 - Gestão de Recursos Físicos	Nº de Reclamações Gravidade das Reclamações	Mapa de Reclamações/ NC	Anual	Análise documental
PS4 - Gestão da Qualidade	Número de registos de ação	Mapa de Reclamações/ NC	Anual	Análise documental
	Número de Ações de Melhoria	Planos de Ação	Anual	Análise documental
	Taxa de Ações de Melhoria Eficazes	Planos de Ação	Anual	Análise documental
	Grau de Concretização dos Objetivos da qualidade	Indicadores de Desempenho	Anual	Análise documental

EXPLICITAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE MONITORIZAÇÃO DE PROCESSOS TENDO EM CONTA O CICLO DA QUALIDADE

A implementação e o desenvolvimento da garantia da qualidade em 4 dos pilares principais:

A. Fase do Planeamento

A fase de planeamento inicia sempre o ciclo da formação profissional e envolve uma reflexão conjunta entre a Gestão de topo e os principais *stakeholders*, atendendo aos objetivos inscritos nos instrumentos de planeamento de âmbito Europeu, Nacional e Regional e respeitando os estudos prospetivos anteriormente mencionados. Sendo uma Entidade que depende exclusivamente do financiamento público, que se presta um serviço público, o alinhamento com as políticas, objetivos e metas traçadas, é condição essencial para a aprovação das candidaturas propostas.

No plano regional, a EPE integra a rede local de educação e formação profissional de Esposende, uma estrutura constituída pelas Escolas, Entidades Formadoras que atuam no Concelho, Autarquia e Centro de Emprego, e que prossegue, entre outros objetivos, a articulação e coerência da rede de oferta educativa e formativa, numa lógica de ganhos mútuos para todos os atores envolvidos. É sempre feita uma articulação com a rede de ofertas profissionalizantes existentes na região, seguindo-se as orientações delineadas pelo Conselho Municipal de Educação e pelo Conselho Local de Ação Social, que consideraram ser pertinente dar continuidade às áreas de formação dinamizadas pela EPE – Escola Profissional de Esposende.

É nesta lógica que as Entidades se organizam e elaboram o Diagnóstico Concelhio de Necessidades de Formação, integrado numa rede maior de Entidades a nível da CIM do Cávado. Assegura-se, assim, que a oferta formativa a desenvolver dará resposta às necessidades do mercado de trabalho da região. Este documento é articulado com o Sistema de Antecipação de necessidades de Qualificação ou SANQ. A escola participa nas iniciativas da ANESPO e ANQEP, segue as orientações estratégicas do POCH e Pessoa e a oferta formativa da Escola é também validada pelo seu Conselho Consultivo.

A fase de planeamento inicia-se nas reuniões de Direção, do Conselho Pedagógico, Reuniões Gerais, Diretores de Curso e Diretores de Turma e Reuniões de Equipa/Departamento, onde é definido o planeamento escolar (Calendário do ano escolar). Este calendário desenha toda a ação pedagógica da EPE, emanando agendamentos de reuniões de Diretores e Diretores de Turmas, equipas técnicas, Conselho Pedagógico, Consultivo, Conselhos de turma e Reuniões com Pais/Encarregados de Educação e almoço mensal com os delegados. A partir de 2019/2020, na sequência da aplicação dos decretos-lei 54 e 55/2018, a fase de planeamento foi antecipada, procurando-se envolver todos os *stakeholders* nesta fase inicial.

O Plano Anual de Atividades (PAA), em estreita consonância com o Projeto Educativo e o com o Regulamento Interno assumem-se como os instrumentos estruturantes e orientadores da atuação da Escola Profissional de Esposende. O PAA procura assegurar a concretização do objetivo fundamental de garantir a educação e formação integral dos alunos, tendo em vista o perfil profissional associado à respetiva qualificação do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ), bem como o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

A escola assume-se como o espaço privilegiado para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, para a aquisição de aprendizagens significativas, no entanto, esse espaço em muito será enriquecido com diversos contributos vindos do exterior, onde noutros contextos se adquirem novas aprendizagens e se validam saberes e competências. Desta forma, o PAA é um documento de planeamento, onde se definem os objetivos, as formas de

organização e de programação, os recursos envolvidos e é construído de forma multidisciplinar e em estreita colaboração com todos os *stakeholders*.

O Plano de Ação da EPE constitui-se, também, como um plano de trabalho orientado do processo de alinhamento, cujo desenvolvimento constitui a base do processo cíclico de melhoria da qualidade da educação, formação profissional a empreender pela EPE, favorecendo com vista a aprendizagem conjunta dos processos de melhoria contínua das práticas de gestão.

A implementação e acompanhamento das mudanças a efetuar foi assegurada pelo Grupo Dinamizador da Qualidade. Este grupo desenhou um plano de trabalho, tendo em vista a construção participada de um conjunto de documentos estruturantes, visando alterações ao funcionamento e preparação do ano letivo. Com o objetivo de introduzir melhorias no planeamento e no acompanhamento deste processo, foram realizadas com frequência e de acordo com a necessidade reuniões da equipa.

O envolvimento de todos os *stakeholders* na fase de planeamento é um processo que exige aprendizagem por parte dos envolvidos, quer sejam alunos, professores, colaboradores ou empresas. Assim, com a continuidade deste procedimento, pretendemos substituir comportamentos de passividade e aceitação de decisões sem crítica, criando na escola uma cultura de iniciativa, responsabilidade e participação, que se encaixa no que visamos ser o aluno/colaborador EPE.

B. Fase da Implementação

A fase de implementação decorre na sequência do planeamento previamente definido, constituindo-se como a base de toda a atividade da escola. Assim, a EPE tem estabelecido há cerca de 30 anos de formação de diversas parcerias, sustentando atividades regulares e viabilizam opções estratégicas da instituição. Desta forma, fomos consolidando diversas parcerias em vários domínios, nomeadamente, membros da AEEP, ANESPO, assento no Conselho Municipal de Educação e na rede de oferta da CIM Cávado, parceria com universidades como o IPCA, IPVC, Universidade Católica, IPP, diferentes departamentos da Câmara Municipal de Esposende (Ação Social, Desporto e Turismo), Câmara Municipal da Póvoa de Varzim (participação em mostras informativas), Câmara Municipal de Barcelos e empresas municipais como Esposende Ambiente e Esposende 2000.

Na fase de implementação, toda a comunidade escolar é mobilizada a executar as atividades previstas, colocando em prática os planos de ação, mediante a utilização dos recursos disponibilizados, assegurando-se a monitorização contínua e a reformulação atempada das estratégias, em função das dificuldades de operacionalização que forem surgindo. A execução das atividades letivas planeadas decorre de acordo com o horário definido, em função do calendário e cronograma escolar aprovados pelo Conselho Pedagógico no início do ano letivo. No cronograma estão também previstos os momentos de realização da Formação em Contexto de Trabalho (FCT) e da Prova de Aptidão Profissional. Os diretores de curso são responsáveis pelo estabelecimento de protocolos para o desenvolvimento da FCT, coordenam o desenvolvimento dos projetos de turma e de curso, monitorizando frequentemente a sua execução.

A definição de projetos de turma atua como um instrumento de trabalho pedagógico que promove a aprendizagem de acordo com a metodologia de projeto, e contribuindo para o desenvolvimento das competências transversais, de acordo com o Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória, respeitando os princípios da Estratégia da Educação para a Cidadania da EPE. Pretende-se também, desta forma, promover a articulação de conteúdos entre as diferentes

áreas e disciplinas do currículo, fomentar o trabalho partilhado entre os diferentes professores e alunos e aplicar os conhecimentos à resolução de problemas concretos e reais. Estas equipas começam a perceber e a aplicar o ciclo da melhoria contínua ao contexto da sala de aula. Desta forma, estamos também a fomentar o envolvimento, o trabalho em equipa e a aprendizagem autónoma ao longo da vida.

O estabelecimento de protocolos e parcerias tem em vista o desenvolvimento e o enriquecimento das atividades formativas, nomeadamente no que concerne à FCT e prática simulada. Nesta fase, destaca-se o envolvimento e a participação das empresas e organizações no processo formativo, ao acolherem os alunos e disponibilizarem os tutores para que os primeiros aprendam em situações de vida real. O desempenho da Entidades de FCT também é avaliado, pelos professores acompanhantes, no final do ano letivo, a fim de assegurarmos de que a entidade corresponde ao que lhe foi solicitado, se deve ser mantida a parceria, ou se será necessário à sua substituição no ano letivo seguinte.

O plano de formação interno previamente definido é implementado ao longo do ano. A escola procura disponibilizar tempo aos seus colaboradores para o desenvolvimento de reuniões de monitorização, planeamento, avaliação ou reflexão, bem como para a realização de ações de formação interna, no âmbito das problemáticas associadas à aplicação prática das alterações preconizadas. A EPE de forma a dar resposta às necessidades de formação estabelece protocolos com entidades externas, procurando responder às necessidades dos colaboradores e garantir a melhoria contínua do nosso sistema. Assim sendo, é prática da EPE auscultar todos através da realização de um questionário de diagnóstico de necessidades de formação.

No início do ano definiram-se reuniões de planeamento de atividades, projetos, articulação; seguiram-se reuniões de monitorização e acompanhamento das aprendizagens, com periodicidade mensal. Os delegados, também, reuniram mensalmente com a Direção da Escola e o Serviço de Psicologia e Orientação. São, também, realizadas reuniões de equipas como Equipa Multidisciplinar de Educação Inclusiva; Equipa de Cidadania e Desenvolvimento; Equipa Erasmus+, Equipa Atividades Integradoras, entre outras.

A fase de implementação é também monitorizada nas reuniões de Diretores de Curso, Diretores de Turma, Direção e nas reuniões das equipas técnicas, em que participam os representantes das equipas responsáveis pelo processo de alinhamento.

Os alunos participam em projetos de âmbito local, nacional e internacional (Erasmus+), que favorecem a sua aprendizagem e autonomia. São incentivados a participar em diversos concursos, tanto a nível local e internacional, como EcoEscolas, Bgreen, Parlamento Jovens, Desporto Escolar, Projetos de Empreendedorismo/CLDS, UBUNTU, concursos ligados à área de formação como Jovem Talento da Gastronomia, entre outros. Para além disso, temos projetos de Erasmus+ que permitem mobilidades de nível internacional, através de intercâmbios e/ou estágios curriculares internacionais.

Ao introduzirmos, na fase de implementação, momentos destinados à monitorização e acompanhamento, estamos a aplicar o ciclo da melhoria contínua de uma forma sistemática e a atuar ao momento nas situações que necessitam de ser reformuladas ou alteradas.

C. Fase da Avaliação

O processo de autoavaliação permite à escola assumir-se enquanto comunidade aprendente. Numa escola aprendente há necessidade de provocar uma diferença positiva e eficiente na vida das pessoas que compõem a comunidade educativa, apostando na compreensão do processo de mudança, na construção do conhecimento, no trabalho em equipa e na criação de objetivos comuns.

Nesta fase, a Direção da escola e o Grupo Dinamizador da Qualidade realizaram várias reuniões de reflexão e de trabalho que contribuíram para aferir melhorias resultantes da implementação do Plano de Ação e, conseqüentemente, a partir desta avaliação foi elaborado o Plano de Ação.

A EPE dispõe de um sistema informático que desencadeia mecanismos de alerta precoce para monitorização intercalar que permite antecipar desvios face aos objetivos traçados, designadamente, controlo de execução da formação, assiduidade ao módulo, controlo de execução do plano de atividades. Para além disso, em todas as reuniões faz-se a monitorização de diferentes indicadores.

Pretende-se, através do tratamento de dados, averiguar o respetivo grau de satisfação em relação ao serviço prestado pela escola e ajustar práticas no sentido de responder o melhor possível às necessidades profissionais futuras.

A análise dos resultados, bem como a definição das estratégias de melhoria a implementar, são discutidos nos diferentes grupos de trabalho e direção da escola, envolvendo os *stakeholders* internos e externos que deles fazem parte. Toda a comunidade educativa encontra-se mais envolvida e comprometida com o desenvolvimento de todo o processo.

A avaliação do grau de envolvimento dos *stakeholders* externos, associados às parcerias de FCT, elementos de júri de PAP, empregadores e parceiros, além de permitirem a execução das atividades, mantêm com a escola uma comunicação e relacionamento muito próximo. Os *stakeholders*, com representação no Conselho Consultivo, têm um papel fundamental ao dar o parecer sobre o projeto educativo da escola; dar parecer sobre os cursos de ensino e formação profissional e outras ofertas educativas e formativas, aprovar as linhas orientadoras do plano de atividades da escola, validar a estratégia e implementar e aprovar os resultados alcançados.

D. Fase da Revisão

As fases de revisão têm como objetivo principal a sistematização de um conjunto de informações que nos permitem tomar decisões e proceder a alterações. Este é e será um processo de aprendizagem contínuo, em que é necessário envolver e responsabilizar, cada vez mais, todos os atores do processo formativo.

De referir que dispomos de processos de avaliação cujos resultados são do conhecimento da comunidade. Com a implementação do EQAVET, os resultados passaram e passarão cada vez mais a ser, também, do conhecimento dos alunos, dos encarregados de educação e empregadores.

As sugestões dos alunos, professores e restantes *stakeholders* serão recolhidos e tidos em conta na revisão das práticas e na elaboração do respetivo plano de ação, regularmente atualizados.

No final de cada trimestre, o Conselho de Turma avalia os resultados alcançados, identifica os problemas e define o plano estratégico com as medidas tomadas para superar os problemas, ao nível de cada disciplina e da turma. Nas reuniões trimestrais com os Encarregados de Educação segue-se um processo idêntico. Nas reuniões com os delegados, estes pronunciam-se com sugestões e processos de melhoria.

Nas reuniões anuais do Conselho Consultivo, pretende-se elencar as necessidades do tecido económico-social e realizado o respetivo diagnóstico e, posteriormente, avaliados os resultados alcançados e apresentadas sugestões a incluir no Plano de Ação.

No final de cada ano letivo, a equipa EQAVET reúne para elaborar o Relatório de Autoavaliação. Tendo em conta que a EPE já tem implementado um sistema de Gestão da Qualidade, este serve de base estruturante para o alinhamento do EQAVET.

ANÁLISE INTEGRADA DOS RESULTADOS DOS INDICADORES

O sistema de garantia da qualidade tem por base o princípio da gestão por processos. Este conjunto de processos conduz ao desígnio da escola de transformar os requisitos dos *stakeholders* e os seus inputs na satisfação integral desses mesmos requisitos. Através da análise periódica dos dados relativos aos resultados das estratégias implementadas, e da sua comparação com as metas estabelecidas no Plano de Ação, no PE, e PAA, verifica-se que os mesmos estão ou não de acordo com os valores estabelecidos para os diferentes indicadores em análise. Caso se verifiquem desvios a estes valores, são delineadas estratégias alternativas e são implementados planos de ação, com a colaboração de todos os *stakeholders*. No que se refere ao Desempenho dos Processos / Indicadores de Desempenho, ao longo de cada ano letivo são recolhidos indicadores sobre o desempenho dos processos, os quais são analisados e validados na Reunião de Revisão pela Gestão, que se realiza anualmente e na qual estão presentes os membros do grupo dinamizador da qualidade, os diretores de turma, os coordenadores de curso, a gestora do GDQ e a Direção Pedagógica. Os indicadores evidenciam o desempenho dos processos, estando organizados por processo.

A Revisão pela Gestão pretende, partindo dos resultados de avaliação, elaborar Plano de Ação adequados à revisão das práticas existentes e colmatar as falhas identificadas, no sentido de uma melhoria contínua.

Nesta fase é analisada a avaliação da satisfação dos alunos, que fornecem as suas impressões sobre as suas experiências individuais de aprendizagem e o ambiente de aprendizagem e ensino que encontraram na escola. O mesmo acontece relativamente aos docentes e não docentes, que através de questionários e relatórios, partilham a sua opinião sobre a forma como decorreu o processo de ensino/aprendizagem, sobre os resultados da avaliação obtidos e publicitados e também possibilitando a recolha de sugestões para ações futuras.

Também é analisada a satisfação dos encarregados de educação, relativamente ao modo de funcionamento da escola e á forma como o seu educando é acompanhado.

Através da monitorização dos indicadores definidos para cada um dos processos, pode-se também verificar a adequação de cada um dos processos e a necessidade de revisão dos mesmos.

UTILIZAÇÃO E PUBLICITAÇÃO DE RESULTADOS

Como garantia da transparência do sistema de garantia da qualidade, a escola divulga e pretende continuar a divulgar, junto de todas as partes interessadas, os objetivos da escola e as metas a atingir, as estratégias e os responsáveis pela sua operacionalização, os prazos definidos, a avaliação do processo e dos resultados, os planos de ação implementados e, finalmente, a avaliação da própria revisão.

Assim, em todas as fases do ciclo da qualidade, ou seja, planeamento, implementação, avaliação e revisão serão utilizados os seguintes meios de comunicação para divulgação e partilha dos resultados:

- ✓ Reuniões Gerais
- ✓ Reuniões de Conselho de Turma
- ✓ Reuniões de Diretores de Curso e de Diretores de Turma
- ✓ Reunião de Revisão pela Gestão
- ✓ Assembleia Geral da Zendensino
- ✓ Reuniões do Conselho Consultivo
- ✓ Partilha na Plataforma Informática
- ✓ Site e redes sociais
- ✓ Organização de reuniões com *stakeholders* para discutir lições retiradas do exercício de autoavaliação e monitorização
- ✓ Partilha das ilações retiradas, através de redes de operadores nacionais e europeus, por exemplo a Rede EQAVET

ATIVIDADES E PROJETOS

Todas as atividades, projetos e iniciativas são orientadas para as aprendizagens dos alunos, para a valorização do conhecimento científico, técnico e tecnológico. Procura-se valorizar ainda a criatividade, a abertura à inovação, ao empreendedorismo, bem promover o exercício pleno da cidadania, assente na educação para a saúde, nas práticas de voluntariado, na solidariedade, na valorização do património e na defesa e respeito pelo ambiente.

Estes princípios orientam a prática letiva, estão presentes na realização dos estágios profissionais e em todas as atividades de complemento curricular.

AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO

Para sustentar os objetivos definidos neste projeto, o Regulamento Interno e o Plano Anual de Atividades definem-se como dois documentos estruturantes das práticas quotidianas da escola.

Este PE está em contínua avaliação, através do diálogo constante entre toda a comunidade educativa e através de momentos e práticas formais de avaliação de resultados e de satisfação de todos os intervenientes.

A dinâmica avaliativa visará, pela reformulação de objetivos, o aperfeiçoamento do projeto de modo a, progressivamente, estabelecer o perfil educativo desejável e satisfazer as necessidades de toda a comunidade escolar e do meio socioprofissional. Assim, pretende-se um projeto aberto, dinâmico e participado, cujos resultados alcançados serão objeto de avaliação face às políticas e objetivos definidos.

Enquanto “instrumento orientador da ação educativa, que esclarece as finalidades e funções da escola” (Decreto-Lei nº115-A/98), o PE deve ser entendido como um compromisso que envolva e oriente a comunidade educativa, um referencial de ação, e, como tal, deverá ser plenamente interiorizado pelos seus membros.

Este documento foi elaborado pelo Grupo Dinamizador da Qualidade, Conselho de Administração e Direção Pedagógica da EPE; será submetido à apreciação do Conselho Consultivo da EPE.

